

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ-BRASIL.

A EXPANSÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA NO PIAUÍ-BRASIL (1930-1961): LEIS E DECRETOS.

Vilmara da Silva (bolsista PIBIC/UFPI), Maria do Amparo Borges Ferro (Orientadora-UFPI)

O estudo da História da Educação possibilita a busca de uma compreensão sistemática e pertinente, do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, entranha-se nas construções cognitivas de diferentes grupos humanos que possuem sonhos, experiências, projetos concretizados, interrompidos, de conquistas, enfim dá sentido às trajetórias de vida. Nesta pesquisa o foco é primordialmente a História da Educação no Piauí partindo de suas Leis e Decretos. Para ajudar a compreensão desta temática, serão utilizados como aportes teóricos, Burke (1992), Ferro (1996), Lopes (2001) dentre outros. Este projeto está articulado a um projeto maior intitulado 'História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961) desenvolvido em 17 estados brasileiros. A presente pesquisa configura-se como um estudo de natureza historiográfica, com análise dos conteúdos dos documentos segundo Bardin (1978). Para coleta dados foi realizadas vistas semanais no Arquivo Público (Casa Anísio Brito). Foram fotografados documentos legais, no caso especificamente leis e decretos que tratam exclusivamente da educação no Piauí do período de 1930 a 1961. O ensino primário no Piauí na década de 30 em relação ao ensino público piauiense, este por sua vez, encontrava-se em condições ainda precárias para o seu desenvolvimento efetivo no Estado. Passava por um processo de consolidação, ou seja, o interesse do Governo em expandir o ensino era evidente, mas havia pouca preocupação nas condições estruturais, financeiras e didáticas, componentes essenciais para a concretização de uma escola. Desta maneira pode-se perceber que as escolas estavam dispersas, e por conta dessas dificuldades ocorriam muitas vezes substituições de escolas e de professores a fim de solucionar tal problema, mas isso não impedia a existência de carência de recursos didáticos, equipamentos etc. As escolas eram criadas em diferentes localidades do Piauí, em povoados e cidades a fim de atender um maior número possível de alunos, já que o ensino era obrigatório. Na década de 1930 o ensino primário piauiense passou por uma reforma que daria uma nova finalidade ao ensino. Desta maneira, tinha como objetivo a promoção da escola com um espaço de integração social da criança, elevando o desenvolvimento físico, mental e moral, ou seja, formar indivíduos capazes de exercerem a cidadania. A reforma do ensino primário ocorreu em 31 de janeiro 1933 com o Decreto N.1.438. Organizando as escolas públicas primárias nas seguintes categorias de ensino: Fundamentais: as escolas singulares; escolas agrupadas, os grupos escolares e a Escola Modelo, nos três primeiros anos do curso. Complementares: os grupos escolares e a Escola Modelo. Complementares especiais: a Escola De Adaptação. Profissionais: a escola prática de Agricultura. Quanto à obrigatoriedade do ensino primário eram isentas crianças físicas e mentalmente incapazes ou aquelas que

sofreram alguma doença contagiosa ou repulsiva e as que recebessem instrução em casa, e em escolas particulares, sujeitas à fiscalização técnica da Diretoria Geral. Neste período as escolas primárias eram ministradas em: escolas isoladas, reunidas, nucleares, singulares, agrupadas e grupos escolares. Esses estabelecimentos se propagavam pelo território piauiense. Na década de 40 o Brasil passava por transformações econômicas, sociais e políticas que levou ao crescimento da população urbana. Em relação ao Piauí permaneceu predominantemente no meio rural, mas isso não intimidou a população de buscar maior nível de ensino, pois o Estado crescia economicamente na agricultura, exportação e comércio, o que tornou-se um incentivo ao ensino. Neste período o ensino primário estava estruturado em: ensino primário fundamental com duração de quatro anos e ensino supletivo com duração de dois anos. No ensino primário fundamental, na estrutura curricular, havia a disciplina Conhecimentos Gerais aplicados à vida social, ou seja, devido à influência da escola nova tinha como objetivo formar os indivíduos para o trabalho a fim de promover a inserção social no mercado de trabalho. O presente estudo é de grande relevância para a configuração da educação no Piauí, pois através dos aspectos legais do Estado, é revelado o corpo da história do ensino piauiense que não pode ser visto a olho nu. Desta maneira é possível perceber que a educação das crianças era de responsabilidade das famílias; e mesmo o ensino primário buscando a expansão, em relação à estrutura física como também metodológica, o mesmo passava por carências que refletiam diretamente no ensino. O estudo História e Memória da Educação no Piauí- Brasil apresenta importantes informações que serão disponibilizadas aos pesquisadores da referida área, para que conheçam o processo histórico da educação nesta parte do território brasileiro.

Palavras-chaves: História. Escola primária. Leis e Decretos.

Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Ed. Da UNESP. 1992.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

LOPES, Eliane Marta T. e GALVÃO, Ana Maia O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

REIS FILHO, Casemiro dos. **Índice básico da legislação do ensino paulista: 1890 -1945**. Camoinas, SP: Gráf./FE, Gráf. Central/UNICAMP, 1998. (Série Fontes; v.1).

SÁ, Nicanor Palhares.; SIQUEIRA, Elisabete Madureira. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores associados: SNHE, 2000.

Decreto n.1438, 31 de janeiro de 1933.

Palácio do Governo do Estado do Piauí: Theresina, 31 de janeiro da Republica (L.S).

Secretaria do Governo do Estado do Piauí, 1933.

Fonte: Leis piauienses do Estado do Piauí, 1933.

Acervo: Casa Anísio Brito. Arquivo Público do Piauí.